



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Às 13h40min do dia 3/4/19, no Plenário Camil Caram, sob a presidência da vereadora Marilda Portela e com a presença dos vereadores, Jorge Santos e Pedrão do Depósito, reuniu-se a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de ata: não tendo recebido impugnação da Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 27/3/19, a presidenta comunicou sua aprovação. O vereador Maninho Félix passou a participar da reunião. III - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 281/19 - Pedido de informação à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de “Obter informações para esclarecer o seguinte questionamento: I. Considerando o parágrafo único do art. 22 da Lei 11.065/17, o qual estabelece ‘A contratualização de resultados a que se refere o caput será obrigatória para as metas inseridas no âmbito do PPAG a todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município, podendo haver a inclusão de metas intermediárias necessárias ao acompanhamento da consecução dos objetivos dos programas e de metas subsidiárias, que não integram o PPAG, mas contribuem para o alcance do seu objetivo principal’ Questiona-se: Quais são os principais resultados contratualizados pertinentes aos Projetos Estratégicos apresentados no PPAG 2018-2021?”. Autoria: vereador Mateus Simões. Aprovado, por unanimidade. EM PRIMEIRO TURNO: 2) Projeto de Lei nº 583/18 - “Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências”. Autoria: vereador Léo Burguês de Castro. Discutiram o



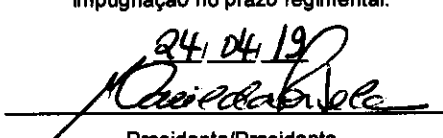
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

projeto os vereadores Jorge Santos e Pedrão do Depósito. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Pedrão do Depósito, pela aprovação. 3) Projeto de Lei nº 587/18 - “Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências”. Autoria: vereador Léo Burguês de Castro. O vereador Jorge Santos discutiu o projeto. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Pedrão do Depósito, pela aprovação. 4) Projeto de Lei nº 620/18 - “Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com clínicas médicas, visando a implantação do Programa Meia-Consulta junto aos pacientes hipossuficientes do município e dá outras providências”. Autoria: vereador Irlan Melo. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela rejeição. 5) Projeto de Lei nº 666/18 - “Dispõe sobre a regularização de fechamento de varanda construída irregularmente em edificação vertical”. Autoria: vereador Jorge Santos. Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência apresentada pelo relator, vereador Cláudio Duarte. 6) Projeto de Lei nº 684/18 - “Autoriza isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - ao imóvel pertencente a associação que menciona”. Autoria: vereador Léo Burguês de Castro. A comissão perdeu prazo para apreciação deste projeto, uma vez que o relator, vereador Pedrão do Depósito, não emitiu parecer. Em SEGUNDO TURNO: 7) Projeto de Lei nº 699/19 - “Institui o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda e o Fundo Municipal do Trabalho e dá outras providências”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 2, de 11/2/19. Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Marilda Portela, pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação das emendas nºs 3 e 5, com apresentação de subemenda à Emenda nº 5. Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos às 13h50min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidenta desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno) distribuída em avulso, no dia <u>15 / 4 / 19</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>24/04/19</u>  Presidenta/Presidente</p>
--